



CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório do Auditor Independente. **Desempenho:** No exercício de 2025, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 1.769,4 milhões e prêmios ganhos de R\$ 1.282,9 milhões. O resultado antes dos impostos foi de R\$ 184,2 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 110,1 milhões. Os ativos totais alcançaram R\$ 3.568 milhões, um aumento de 14,7% em relação ao exercício de 2024. **Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG):** Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora detém R\$ 1.295,6 milhões em ativos sob gestão e, dos quais 18,6% estão alocados em ativos ASG, reiterando seu compromisso com os requisitos de sustentabilidade. Além dos investimentos responsáveis, a Seguradora está comprometida em gerar impacto positivo na sociedade e no planeta como elemento estratégico no desenvolvimento de seus negócios, pessoas e stakeholders, atuando em pilares como: produtos acessíveis e com atributos de sustentabilidade; economia circular; valorização das pessoas e suas diversidades; engajamento social; ética; transparência e segurança etc. **Equidade de gêneros:** Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo Cardif no Brasil conta com 415 colaboradores ativos (413 em 31 de dezembro de 2024) sendo 48% representados por mulheres (49% em 31 de dezembro de 2024). Reforçando o compromisso com a transparência e promoção da diversidade e equidade de gênero, apresentamos a seguir a segregação da quantidade de funcionários por hierarquia e gênero:

Nível Hierárquico	Gênero	31.12.2025	31.12.2024
Diretores Executivos	Homens	5	5
	Mulheres	1	1
Diretores	Homens	7	8
	Mulheres	1	1
Superintendentes	Homens	9	11
	Mulheres	8	8
Gerentes	Homens	28	29
	Mulheres	27	28
Coordenadores e Consultores	Homens	73	66
	Mulheres	45	46
	Homens	92	88
Analistas	Mulheres	110	113
	Homens	2	2
	Mulheres	7	7
Assistentes	Homens	216	209
	Mulheres	199	204
	<b>TOTAL</b>	<b>415</b>	<b>413</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.441.719</b>	<b>1.130.452</b>
Disponível		1.750	1.768
Caixa e bancos		1.750	1.768
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>558.822</b>	<b>446.588</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>71.661</b>	<b>75.833</b>
Prêmios a receber	6.a	71.390	54.254
Operações com seguradoras	6.b	271	21.561
Operações com resseguradoras		-	18
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>765</b>	<b>31</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>		<b>418</b>	<b>457</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>51.588</b>	<b>27.489</b>
Títulos e créditos a receber	7.a	23.477	3.487
Créditos tributários e previdenciários	7.b	26.197	22.984
Depósitos judiciais		14	14
Outros créditos		1.900	1.004
<b>Custos de aquisição diferidos - seguros danos</b>	<b>8</b>	<b>756.715</b>	<b>578.002</b>
<b>Não circulante</b>		<b>2.126.500</b>	<b>1.914.832</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.441.650</b>	<b>1.191.769</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>726.910</b>	<b>597.055</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>9.673</b>	<b>14.885</b>
Créditos tributários e previdenciários	7.b	9.417	14.679
Depósitos judiciais e fiscais		247	195
Outros créditos operacionais		9	11
<b>Outros valores e bens</b>		<b>1.568</b>	<b>1.192</b>
<b>Custos de aquisição diferidos - seguros danos</b>	<b>8</b>	<b>703.499</b>	<b>578.637</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>422</b>	<b>442</b>
<b>Intangível</b>	<b>9</b>	<b>684.428</b>	<b>722.621</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.568.219</b>	<b>3.045.284</b>

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.468.031</b>	<b>1.125.327</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>122.775</b>	<b>48.260</b>
Obrigações a pagar	10.a	86.851	28.284
Impostos e encargos sociais a recolher	10.b	11.580	9.964
Encargos trabalhistas	10.c	4.416	3.486
Impostos e contribuições	10.d	19.815	6.449
Outras contas a pagar		113	77
<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>11</b>	<b>66.925</b>	<b>75.486</b>
Prêmios a restituir		-	1.117
Operações com seguradoras		-	21.317
Operações com resseguradoras		470	639
Corretivos de seguros e resseguros		6.914	7.747
Outros débitos operacionais		59.541	44.666
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>12</b>	<b>1.921</b>	<b>11.320</b>
<b>Provisões técnicas - seguros danos</b>	<b>13</b>	<b>1.275.632</b>	<b>989.606</b>
<b>Outros débitos</b>		<b>778</b>	<b>655</b>
Passivos de arrendamento		778	655
<b>Não circulante</b>		<b>1.139.058</b>	<b>930.390</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.139.058</b>	<b>930.390</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>7</b>	<b>1.097</b>	<b>351</b>
Tributos diferidos		1.097	351
<b>Provisões técnicas - seguros danos</b>	<b>13</b>	<b>1.135.190</b>	<b>927.179</b>
<b>Outros débitos</b>		<b>2.771</b>	<b>2.860</b>
Provisões judiciais	16	1.882	2.201
Passivos de arrendamento		889	659
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>961.130</b>	<b>989.567</b>
Capital social		968.058	968.058
Capital social - estrangeiro	14	97.923	136.194
Reserva de lucros		(4.851)	(14.685)
Ajuste com títulos e valores mobiliários		3.568.219	3.045.284
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>3.568.219</b>	<b>3.045.284</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto pelo dividendo por ação)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros e Reserva Estatutária	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Lucros Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>868.058</b>	<b>16.082</b>	<b>92.953</b>	<b>1.582</b>	<b>-</b>	<b>978.675</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.827	66.827
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(16.267)	-	(16.267)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2024	-	-	(36.668)	-	-	(36.668)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	63.486	-	(63.486)	-
		3.341	-	-	(3.341)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>868.058</b>	<b>19.423</b>	<b>116.771</b>	<b>(14.685)</b>	<b>989.567</b>	<b>989.567</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	110.129	110.129
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	9.834	-	9.834
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 13/10/2025	-	-	(64.400)	-	-	(64.400)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 19/11/2025	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	72.994	-	(72.994)	-
Reserva legal	-	5.506	-	-	(5.506)	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE de 08/12/2025	-	-	-	-	-	(19.371)
Dividendos propostos em AGE de 08/12/2025 (R\$ 0,10 por ação)	-	-	-	-	(31.629)	(31.629)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>868.058</b>	<b>24.929</b>	<b>72.994</b>	<b>(4.851)</b>	<b>-</b>	<b>961.130</b>

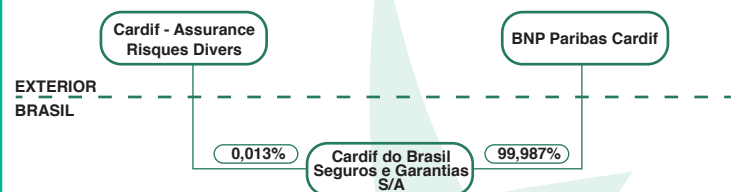
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif, constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 2.500 de 16 de agosto de 2006. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar na cidade de São Paulo/SP. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidas pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais passageiros, automóvel, compreensivo empresarial, compreensivo residencial, extensão de garantias, extensão de garantias (auto), fiança locatícia, microseguros danos, riscos diversos e roubo. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Em 31 de dezembro de 2025 a Seguradora apresentava a seguinte composição acionária:



Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

### 2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e de resultado, e os passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariarem as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Continuidade:** A Administração da Seguradora tem confiança de que possui recursos adequados para dar continuidade às suas operações e negócios no futuro. Adicionalmente, não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas relevantes quanto à capacidade da Seguradora de manter suas atividades sem interrupções. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. **2.5. Ativos financeiros:** 2.5.1. **Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e em função das características dos fluxos de caixa contratuais negociados avaliados através do teste SPPI - Solely Payments of Principal and Interest (em português "Somente Pagamento de Principal e Juros). Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto nos casos dos ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) Instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; (ii) Instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; e (iii) Instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os instrumentos financeiros detidos pela Seguradora referem-se a cotas de fundos de investimentos mensurados ao valor justo por meio do resultado e por títulos públicos federais e títulos de renda fixa privados que são mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente. **2.5.2. Valores a receber:** Os valores a receber são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **2.5.3. Redução ao valor recuperável (RVR) de instrumentos financeiros:** A provisão para redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros é baseada em um modelo de perda esperada e é aplicado aos ativos classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O cálculo das provisões é baseado no estágio em que o instrumento financeiro se enquadra, conforme segue: **Estágio 1:** Ativos com risco de crédito não aumentado e recuperações de cosseguro cedido. **2.5.5. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6. Arrendamentos:** A Seguradora possui contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio contratual é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos ou sublocados. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: **• Pagamentos fixos;** **• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa.** Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento para contratos iniciados após a data da transição. Para contratos já vigentes na data da transição, a Seguradora adotou uma taxa de juros incremental. Para determinar a taxa incremental do arrendamento, a Seguradora: **• Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de arrendamento recentes contratados com terceiros, ajustados para refletir as mudanças nas condições de financiamento;** **• Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para risco de crédito para arrendamento mantidos pela Seguradora, sem financiamentos recentes com terceiros;** e **• Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo e montante total financiado, por exemplo.** A Seguradora está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice de taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento, até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamento baseados em um índice de taxa ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida no ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **• O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;** **• Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;** **• Quaisquer custos diretos iniciais;** e **• Custos de restauração.** Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. **2.7. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8. Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: **• Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos, durante o período de vigência do contrato. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto;** e **• Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos.** As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9. A Seguradora realiza teste de impairment anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.9. Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação de passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **2.10. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus certificados/bilhetes emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. Os prêmios de seguro, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices, certificados e/ou bilhetes, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com seu período de vigência. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativas a riscos vigentes e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem. **2.11. Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** 2.11.1. **Passivos de contratos de seguro:** a) **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado/bilhete ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) Havendo a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) A provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) A provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liqu

# BNP PARIBAS CARDIF

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

Este pronunciamento substitui o IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referenciado pela SUSEP. IFRS S1 e IFRS S2 - Divulgação de Sustentabilidade e Clima: O *International Sustainability Standards Board - ISSB* emitiu as normas IFRS S1 e IFRS S2, que estabelecem requisitos para divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e clima, com aplicação no Brasil condicionada à regulamentação específica dos órgãos competentes. A Administração acompanha a evolução regulatória e avalia os impactos potenciais dessas normas sobre os processos de governança, gestão de riscos e reporte da Seguradora. IFRS 18/CPC 51 - Apresentação em Demonstrações Contábeis: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS18, tendo como principal objetivo aprimorar a estrutura e a comparabilidade das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à apresentação da demonstração do resultado e à definição de subtotais. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Lei complementar nº 214/2025 - Regulamentação da Reforma Tributária do Consumo: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituindo o novo modelo de tributação sobre o consumo por meio da CBS e do IBS, com regras específicas aplicáveis ao setor segurador. A implementação será gradual, entre 2026 e 2033, e a Administração avalia os potenciais impactos contábeis, tributários e operacionais, a serem reconhecidos quando aplicáveis.

### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de tempo em tempo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo. Com base em premissas, a Seguradora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos: com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ABRAMEF); (ii) Os certificados de depósitos bancários, letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) As quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. b) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguro:** A constituição de passivos de seguro é o componente que a Seguradora mais exerce o julgamento e utiliza estimativa. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar, para isso a Seguradora se utiliza de todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Seguradora para definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido, consequentemente, nos valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. c) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências cíveis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para mensuração dos saldos de contingências é baseado na avaliação de assessoria jurídica especializada na área de cada ação, além da evolução dos processos e *status* (ou instância) do julgamento de cada caso específico. d) **Estimativas utilizadas para cálculo de redução ao valor recuperável (RVR) de instrumentos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise de redução ao valor recuperável para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 48 Instrumentos Financeiros. A Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber. Os impactos contábeis da adoção ao CPC 48 estão demonstrados na nota nº 5. e) **Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora, e estudo técnico de acordo com a regulamentação vigente.

### 4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideramos investimentos em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários e ferramentas. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), com a participação de todas as camadas e linhas de defesas que fazem parte do escopo da Governança Corporativa, abrangendo desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios, conforme previsto na Resolução CNSP 416/2021. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A Gestão de Riscos na Seguradora, se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. Por fim, para assegurar a eficácia no Gerenciamento de Riscos, a Seguradora conta também com Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria. a) **Risco de subscrição:** A gestão de riscos de seguro objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Seguradora. Esse constante acompanhamento permite não só corrigir possíveis desvios na sinistralidade, mas também adequar os prêmios de seguro de cada produto para que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador, segurado ou beneficiário, através de pagamentos em forma de indenização, quando da ocorrência de um acontecimento que afete adversamente o tomador, segurado ou beneficiário. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros avisados excedam o valor esperado/provisionado. Isso ocorre em função da frequência e/ou da severidade dos sinistros. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora possui contrato de Resseguro Proporcional (Quota parte e Excedente de responsabilidade) com a resseguradora Swiss Re para seguros residenciais e Resseguro Não Proporcional para excesso de danos por eventos catastróficos. Os valores de prêmios de resseguros representam menos que 0,1% do prêmio emitido, com base nos últimos 12 meses. A Swiss Re está classificada como resseguradora local e apresenta o *rating* satisfatório, conforme as principais agências de classificação de risco. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como *"underwriting"* ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanço da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizados, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe uma Guia Global para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta a exposição máxima da Seguradora ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Ramo	Em milhares de reais	
	(Importância segura)	(Importância segurada)
Exposição máxima ao risco 31/12/2025		
Compreensivo residencial	R\$ 630	R\$ 630
Roubo	R\$ 100	R\$ 100
Compreensivo empresarial	R\$ 630	R\$ 630
Riscos diversos	R\$ 264	R\$ 500
Extensão de garantias	R\$ 100	R\$ 100
Acidentes pessoais passageiros (APP)	R\$ 100	R\$ 100
Extensão de garantias - auto	R\$ 3.616	R\$ 3.600
Automóvel	R\$ 100	R\$ 100
Assistência e outras coberturas - auto	R\$ 2.381	R\$ 2.000
Riscos financeiros	R\$ 100	R\$ 100
Fiança locatícia	R\$ 651	R\$ 651
Microseguros danos	R\$ 176	R\$ 160

**Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:** O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) casarões de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação de Passivos) é realizado com o objetivo de assegurar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de bens e danos resulta de: • Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de danos: • Perda e roubo de cartão: garante o pagamento de transações irregulares realizadas com cartão de débito ou crédito do segurado, em caso de perda, roubo, furto ou saque sob coação; • Proteção financeira: garante a liquidação do financiamento obtido pelo segurado, em casos de desemprego involuntário, incapacidade física total temporária, falecimento e invalidez total e permanente por acidente deste; e • Residencial: garante ao segurado o pagamento de indenização por prejuízos causados à estrutura do imóvel em seu conteúdo decorrentes de incêndio, queda de raios, explosão, danos elétricos ou vendavais. O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados dos testes de sensibilidade abaixo demonstrados representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuariais.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ±2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de investimento
	Juros fixos utilizados como respaldo.
	O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de 10% sobre a taxa atual.

### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidênciação do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. A Seguradora não detém títulos que obedeçam a essa definição.

Títulos	1		2		3	
	Nível	mento	30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado (i)	243.167	-	-	-	243.167	19%
Quotas de fundos de investimentos abertos	Nível 1	243.167	-	-	243.167	243.167
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.480	53.024	255.151	726.910	1.042.565	81%
Títulos de renda fixa privados Nível 2	7.480	38.136	42.506	184.726	272.865	273.148
Títulos de renda fixa públicos Nível 1	-	-	-	-	14.888	121.645
Total em 31 de dezembro de 2025	250.647	53.024	255.151	726.910	1.285.732	100%
Total em 31 de dezembro de 2024	270.849	110.789	64.950	597.055	1.043.643	100%

(i) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento. Movimentação em 31 de dezembro de 2025:

Aplicações	31/12/2024	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	31/12/2025
Quotas de fundos de investimentos abertos (i)	266.210	535.070	32.650	-	(590.763)	243.167
Títulos de renda fixa privados (ii)	229.158	99.704	37.495	971	(94.463)	272.865
Títulos de renda fixa públicos (iii)	549.275	689.594	66.564	15.419	(550.151)	729.700
Total	1.043.643	1.324.367	136.709	16.390	(1.235.377)	1.285.732

Movimentação em 31 de dezembro de 2024:

Aplicações	31/12/2023	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	31/12/2024
Quotas de fundos de investimentos abertos (i)	133.934	441.152	16.913	-	(325.789)	266.210
Títulos de renda fixa privados (ii)	140.970	208.371	22.911	(1.580)	(141.514)	229.158
Títulos de renda fixa públicos (iii)	408.618	444.603	47.232	(25.534)	(326.644)	549.275
Total	683.522	1.094.126	87.056	(27.114)	(793.947)	1.043.643

(i) As quotas de fundos de investimentos abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelos administradores do fundo na data do balanço, não sendo aplicável uma taxa de juros contratada. (ii) Os títulos de renda fixa privados (LFS e debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos. (iii) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LTFs, NTN-Bs e NTN-Fs) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ABRAMEF).

Movimentação da RVR de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Aplicações	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Títulos de renda fixa privados	16	5	(5)	16
Títulos de renda fixa públicos	-	38	-	38
Total	16	43	(5)	54

a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

### Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2025

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	459.532	181.454	253.592	58.444	94.366	1.047.788
Microseguros de danos	64.528	25.027	35.839	9.265	13.352	147.611
Riscos diversos	175.224	69.121	96.461	22.299	36.070	399.174
Automóvel	76.734	30.276	42.149	9.764	15.821	174.744
Compreensivo residencial	49	24	33	9	13	128
Total	776.467	306.502	428.074	98.780	159.622	1.769.445

### Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2024

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	445.392	182.865	235.740	50.311	92.377	1.006.685
Microseguros de danos	61.764	25.502	32.814	7.012	12.913	140.005
Riscos diversos	167.790	68.844	88.504	18.936	34.787	378.861
Automóvel	65.507	27.003	34.748	7.466	13.560	148.284
Compreensivo residencial	44	59	75	16	30	324
Total	740.597	304.273	391.881	83.741	153.667	1.674.158

b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parcelos de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento do segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por *rating* de crédito divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Poors, Fitch Ratings Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substantialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

### Composição da carteira - 31 de dezembro de 2025

Caixa e equivalentes de caixa	AAA	AA+	A+	AA	AA-	Sem rating	Total
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	243.167	243.167
Títulos de renda fixa privados	147.118	39.412	10.665	36.050	39.620	-	272.865
Títulos de renda fixa públicos	769.700	-	-	-	-	-	769.700
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	71.390	71.390
Exposição máxima ao risco de crédito	918.568	39.412	10.665	36.050	39.620	314.557	1.358.872

### Composição da carteira - 31 de dezembro de 2024

Caixa e equivalentes de caixa	AAA	AA+	A+	AA	AA-	BBB-	Sem rating	Total
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	266.210	266.210
Títulos de renda fixa privados	96.542	26.634	20.138	62.040	23.804	-	-	229.158
Títulos de renda fixa públicos	548.275	-	-	-	-	-	-	548.275
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	54.254	54.254
Exposição máxima ao risco de crédito	646.578	26.634	20.138	62.040	23.804	7	320.464	1.099.665

c) **Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de risco para avaliar a liquidez, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das posições técnicas. A fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de juros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis, limite de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanço de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os descasamentos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos (i):

### Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2025

	Ativos (ii)	Passivos (iii)
1 - 6 meses	524.698	491.443
7 - 12 meses	621.840	600.244
13 - 24 meses	597.839	700.272
Acima de 24 meses	832.581	434.048
Sem vencimento determinado	243.167	22.262
Total	2.820.125	2.248.269

### Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2024

	Ativos (ii)	Passivos (iii)
1 - 6 meses	468.138	611.947
7 - 12 meses	368.177	499.112
13 - 24 meses	621.561	597.609
Acima de 24 meses	554.111	330.295
Sem vencimento determinado	266.210	14.125
Total	2.278.197	2.053.088

(i) Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para a Seguradora.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber, operações com seguradoras e resseguradoras, outros créditos operacionais e custos de aquisição diferidos. (iii) O fluxo de passivos considera provisões técnicas de seguros, obrigações a pagar, impostos, contribuições e encargos sociais, débitos de operações com seguros, encargos trabalhistas, depósitos de terceiros e passivos de arrendamentos. d) **Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos preços de instrumentos financeiros. Sua definição abrange, principalmente, o risco de variação das expectativas de taxas de juros e de indicadores macroeconômicos, tais como inflação, câmbio, entre outros. A gestão de risco de mercado é baseada na aplicação periódica de metodologias amplamente difundidas, tais como *Value at Risk* e *Duration*, e que são usadas para observar a intensidade dessas flutuações, bem como adequá-las ao apetite de risco da seguradora. e) **Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que garantam a qualidade e a integridade dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão de risco operacional. f) **Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (CMR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, o CMR para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2024					
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total
Prêmios e emolumentos	10.738	299	67	-	1	11.105
Outros depósitos	60	109	43	2	1	215
<b>Total</b>	<b>10.798</b>	<b>408</b>	<b>110</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11.320</b>

**13 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS - DANOS**

a) Composição das provisões técnicas

Ramo	PPNG (i)	PSL (ii)	IBNR	PDR	PVR	Total
Extensão de garantias	1.711.454	3.525	1.683	939	400	1.718.001
Microssseguros de danos	114.153	2.777	1.051	789	169	118.959
Riscos diversos	200.251	2.795	1.881	1.781	642	207.350
Automóvel	362.702	2.706	645	-	440	366.493
Compreensivo residencial	-	8	-	-	11	19
<b>Total</b>	<b>2.388.560</b>	<b>11.811</b>	<b>5.260</b>	<b>3.509</b>	<b>1.682</b>	<b>2.410.822</b>
Circulante	1.253.370	11.811	5.260	3.509	1.682	1.275.632
Não circulante	1.135.190	-	-	-	-	1.135.190

(i) O saldo da provisão técnica PPNG contempla R\$ 54.527 de PPNG-RVNE (RS 44.684 em 31 de dezembro de 2024). (ii) O saldo de PSL contempla ajustes de IBNeR no montante de R\$ 438 (R\$ 5.988 em 31 de dezembro de 2024).

d) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Ano de ocorrência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No final do ano de divulgação	53.473	75.665	121.176	96.158	87.560	74.452	70.550	83.026	89.208	86.054	127.641
Até 1 ano depois	57.260	79.693	129.402	104.213	90.508	76.867	72.848	83.661	88.519	88.003	-
Até 2 anos depois	57.959	81.130	131.219	105.736	91.298	77.249	73.313	84.082	89.168	-	-
Até 3 anos depois	58.287	81.668	132.350	106.022	92.547	77.570	73.674	84.303	-	-	-
Até 4 anos depois	58.830	82.013	132.840	106.088	91.658	77.768	73.839	-	-	-	-
Até 5 anos depois	58.872	82.365	132.973	106.348	91.796	77.857	-	-	-	-	-
Até 6 anos depois	59.066	82.624	133.266	106.617	91.942	-	-	-	-	-	-
Até 7 anos depois	59.173	82.749	133.350	106.617	-	-	-	-	-	-	-
Até 8 anos depois	59.277	82.826	133.633	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 9 anos depois	59.480	82.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 10 anos depois	59.509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

e) Teste de Adequação de Passivos (TAP): O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores demonstrou suficiência na adequação de passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

Resultado TAP - Fluxo registrado

Grupo 01 - Ramos 0195 e 0524

Valor líquido (Net Carrying Amount - NCA)	Ocorridos	Futuros	Total
(A1) PPNG-RVNE	-	2.027.059	2.027.059
(A2) PPNG-RVNE	-	300	300
(A3) PDR	938	-	938
(A4) PSL	4.602	-	4.602
(A5) IBNeR	252	-	252
(A6) IBNR	1.977	-	1.977
<b>[A] Total do Passivo (A1+A2+A3+A4+A5+A6)</b>	<b>7.769</b>	<b>2.027.360</b>	<b>2.035.128</b>
(B1) CAD-RVNE	-	1.281.723	1.281.723
(B2) CAD-RVNE	-	171	171
<b>[B] Total do Ativo (B1+B2)</b>	<b>-</b>	<b>1.281.894</b>	<b>1.281.894</b>
<b>[C] Total do Net Carrying Amount (A - B)</b>	<b>7.769</b>	<b>745.466</b>	<b>753.235</b>

f) Resultado TAP - Fluxo Registrado [C - D] > Suficiência de:

Fluxos de Caixa Projetado - FCP	Ocorridos	Futuros	Total
(D1) Sinistros Ocorridos (deserv. IBNR+PSL+IBNeR)	6.679	-	6.679
(D2) Despesas de Sinistros Ocorridas (deserv. futuro)	917	-	917
(D3) Sinistros Futuros	-	203.048	203.048
(D4) Despesas Futuras	-	406.292	406.292
<b>[D] Fluxo de Caixa Projetado (D1+D2+D3+D4)</b>	<b>7.596</b>	<b>609.340</b>	<b>616.936</b>
<b>[E] Valor Presente do Fluxo de Caixa</b>	<b>7.596</b>	<b>609.340</b>	<b>616.936</b>
<b>[F] Resultado TAP - Fluxo Registrado [C - D] &gt; Suficiência de:</b>	<b>173</b>	<b>136.126</b>	<b>136.298</b>

g) Resultado TAP - Fluxo Registrado [C - D] > Suficiência de:

Fluxos de Caixa Projetado - FCP	Ocorridos	Futuros	Total
(A1) Prêmios não Computados na PPNG	-	227.132	227.132
(A2) Comissões não Computadas na CAD	-	115.265	115.265
(A3) Sinistros Futuros	-	17.313	17.313
(A4) Despesas Futuras	-	50.898	50.898
<b>[A] Fluxo Presente do Fluxo de Caixa (A1-A2-A3-A4)</b>	<b>-</b>	<b>433.606</b>	<b>433.606</b>
<b>[B] Resultado TAP - Fluxo Não Registrado [A] &gt; Suficiência de:</b>	<b>-</b>	<b>43.656</b>	<b>43.656</b>

h) Resultado TAP - Fluxo Registrado [C - D] > Suficiência de:

Fluxos de Caixa Projetado - FCP	Ocorridos	Futuros	Total
(A1) Prêmios não Computados na PPNG	-	227.132	227.132
(A2) Comissões não Computadas na CAD	-	115.265	115.265
(A3) Sinistros Futuros	-	17.313	17.313
(A4) Despesas Futuras	-	50.898	50.898
<b>[A] Fluxo Presente do Fluxo de Caixa (A1-A2-A3-A4)</b>	<b>-</b>	<b>433.606</b>	<b>433.606</b>
<b>[B] Resultado TAP - Fluxo Não Registrado [A] &gt; Suficiência de:</b>	<b>-</b>	<b>43.656</b>	<b>43.656</b>

**14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Composição do Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 868.058 (R\$ 868.058 em 31 de dezembro de 2024), subscritos, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 776.713.014 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 0,14 (um real) cada uma. **Reservas de Lucro:** As reservas de lucros são compostas por R\$ 24.329 (R\$ 19.423 em 31 de dezembro de 2024) referentes à reserva legal e R\$ 72.994 (R\$ 116.771 em 31 de dezembro de 2024) de reserva estatutária. A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, e a Seguradora poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que se trata o artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% do capital social. c) **Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto social da Seguradora, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de outubro de 2025 e em 19 de novembro de 2025 os acionistas deliberaram pela distribuição extraordinária de dividendos relativos ao lucro líquido do exercício de 2024 nos montantes de R\$ 64.400 e 33.000, totalizando R\$ 97.400, pagos em 20 de outubro de 2025 e 25 de novembro de 2025 respectivamente. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2025, foi deliberada a aprovação da distribuição dos dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 19.372 correspondente ao lucro líquido apurado no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 31.628 referente a parte do lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA	ATUÁRIA	CONTADORA
Emmanuel Pelêgo Diretor Presidente	Jacqueline Rosa Miqueletti MIBA 3109	Ana Paula Ferreira CRC 1SP319650/O-1
Renato Alessandri Alves de Oliveira Diretor Financeiro e Atuarial		

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 432 de 12/11/2021. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2025, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. São Paulo - SP CNPJ: 08.279.191/0001-84 Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira

b) Movimentação das provisões técnicas

	PPNG	PSL	IBNR	PDR	PVR
31/12/2025	1.902.659	7.430	3.911	2.785	-
31/12/2025	1.433.728	263.564	5.260	3.509	25.526
Apropriação	(947.827)	(142.371)	(3.911)	(2.785)	-
Pagamentos	-	(116.812)	-	-	(23.844)
<b>Saldo final</b>	<b>2.388.560</b>	<b>11.811</b>	<b>5.260</b>	<b>3.509</b>	<b>1.682</b>

c) Garantia das provisões técnicas de seguros e resseguros: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas, de acordo com as normas vigentes, os seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de fundos de investimentos abertos	243.167	266.210
Títulos de renda fixa privados	272.865	229.158
Títulos de renda fixa públicos	769.700	548.275
<b>Total dos ativos garantidores (a)</b>	<b>1.285.732</b>	<b>1.043.643</b>
Total das provisões técnicas	2.410.822	1.916.785
<b>(-) Deduções:</b>	<b>(1.480.308)</b>	<b>(1.166.738)</b>
Direitos creditórios	(54.910)	(46.275)
CAD redutora da PPNG	(1.425.398)	(1.120.463)
<b>Total das provisões técnicas a serem cobertas (b)</b>	<b>930.514</b>	<b>750.047</b>
<b>Suficiência da cobertura (a - b)</b>	<b>355.218</b>	<b>293.596</b>

d) Sinistros ocorridos

	31/12/2025	31/12/2024
Extensão de garantias	(64.927)	(24.040)
Microssseguros de danos	(24.657)	(23.579)
Riscos diversos	(40.043)	(41.122)
Automóvel	(16.856)	(9.947)
Fiança locatícia	(21)	(2)
Compreensivo residencial	(1.376)	(261)
<b>Total</b>	<b>(147.880)</b>	<b>(98.981)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>(419.735)</b>	<b>(102.161)</b>
Extensão de garantias	(72.494)	(73.049)
Riscos diversos	(199.619)	(192.368)
Automóvel	(42.616)	(35.340)
Compreensivo residencial	(51)	(123)
<b>Total</b>	<b>(734.515)</b>	<b>(400.719)</b>

e) Índice de sinistralidade e comercialização

Ramo	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Extensão de garantias	658.764	10%	14%
Microssseguros de danos	141.195	18%	17%
Riscos diversos	401.450	10%	11%
Automóvel	81.444	21%	52%
Compreensivo residencial	128	324	1.075%
<b>Total</b>	<b>1.282.981</b>	<b>12%</b>	<b>13%</b>

f) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de fundos de investimentos abertos	32.650	16.913
Títulos de renda fixa privados	37.606	23.360
Títulos de renda fixa públicos	81.131	49.418
Outras receitas financeiras	6.561	106
<b>Receitas financeiras</b>	<b>157.948</b>	<b>89.797</b>
Títulos de renda fixa privados	(111)	(449)
Títulos de renda fixa públicos	(14.567)	(2.186)
Despesas com oscilação cambial	(1.109)	(528)
Outras despesas financeiras	(770)	(988)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(16.557)</b>	<b>(4.151)</b>
<b>Total</b>	<b>141.391</b>	<b>85.646</b>

g) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos municipais	(4)	(4)
PIS	(8.372)	(4.776)
COPFINS	(51.518)	(29.390)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.600)	(2.304)
Outras despesas com tributos	(828)	(1.190)
<b>Total</b>	<b>(63.322)</b>	<b>(36.644)</b>

h) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Quotas de fundos de investimentos abertos	32.650	16.913
Títulos de renda fixa privados	37.606	23.360
Títulos de renda fixa públicos	81.131	49.418
Outras receitas financeiras	6.561	106
<b>Receitas financeiras</b>	<b>157.948</b>	<b>89.797</b>
Títulos de renda fixa privados	(111)	(449)
Títulos de renda fixa públicos	(14.567)	(2.186)
Despesas com oscilação cambial	(1.109)	(528)
Outras despesas financeiras	(770)	(988)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(16.557)</b>	<b>(4.151)</b>
<b>Total</b>	<b>141.391</b>	<b>85.646</b>

i) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos municipais	(4)	(4)
PIS	(8.372)	(4.776)
COPFINS	(51.518)	(29.390)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.600)	(2.304)
Outras despesas com tributos	(828)	(1.190)
<b>Total</b>	<b>(63.322)</b>	<b>(36.644)</b>

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	961.130	989.567
Ajustes contábeis	(684.428)	(722.621)
Ajustes associados à Variação dos Valores Econômicos	114.014	36.666
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP (+)	296	82
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	113.718	36.584
<b>Ajustes de Qualidade de Cobertura do CRM</b>	<b>(13.256)</b>	<b>-</b>
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(13.256)	-
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>377.460</b>	<b>303.612</b>
Capital Mínimo Requerido (CMR) = o maior entre (a) e (b)	370.584	251.020
Capital Base (a)	106.876	15.000



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

★ continuação



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de seguros:** Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora possui obrigações oriundas de suas apólices de seguros que estão registradas nas rubricas "Provisões técnicas - seguros danos" demonstradas nas notas explicativas n.ºs. 2.11, 3.b e 13 das demonstrações financeiras. A determinação dos valores das provisões técnicas - seguros danos envolve julgamento relevante da administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Seguradora. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas - seguros danos foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado a essas provisões e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro e contratos de previdência firmadas pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões técnicas - seguros danos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Seguradora nas referidas notas explicativas às demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:

(a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519C  
Paula Colodete Lucas  
Contadora - CRC-SP290864/O

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 27/02/2026  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/CARDIF1587818627022026.pdf>  
Hash: 1772143561deb52f4f2876428f8f2253322b9eb530